



CÂMARA TÉCNICA ESPECIALIZADA DE PLANEJAMENTO (CTEP)
Ata da 20ª reunião, realizada em 3 de julho de 2026

1 Em 3 de julho de 2026, reuniu-se ordinariamente a Câmara Técnica Especializada de Planejamento (CTEP) do
2 Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH), por meio de videoconferência realizada pela Secretaria de Estado
3 de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD). Participaram os seguintes membros titulares e
4 suplentes: o presidente suplente Thiago Figueiredo Santana, representante da SEMAD; Representantes do poder
5 público estadual: Raquel Carleial Guzella, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
6 (Seapa); Laís Ione Araújo Fagundes, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede); Vitor
7 Takahashi Rosa, da Secretaria de Estado de Governo (Segov). Representantes do poder público municipal: Kayque
8 Souza Silva, da Prefeitura de Rio Pomba; Gustavo Alvarenga Rodrigues, da Prefeitura de Lavras; Jhonata Soares
9 Coelho, da Prefeitura de Mantena; Representantes dos usuários de recursos hídricos: Dênio Drummond Procópio,
10 da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig); Guilherme da Silva Oliveira, da Federação da Agricultura e
11 Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg); Gabriele Souza Fernandes Moreira, da Federação das Indústrias do
12 Estado de Minas Gerais (Fiemg). Representantes da sociedade civil: Ana Paula Randazzo Baroni Valadares, da
13 Associação para a Proteção Ambiental do Vale do Mutuca (Promutuca); Valter Vilela Cunha, da Associação
14 Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes); Sylvio Luiz Andreozzi, da Universidade Federal de
15 Uberlândia (UFU). **Assuntos em pauta. 1) ABERTURA.** Verificado o quórum regimental, o presidente suplente
16 Thiago Figueiredo Santana declarou aberta a 20ª reunião da Câmara Técnica Especializada de Planejamento. **2)**
17 **EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **3) COMUNICADO DOS**
18 **CONSELHEIROS.** Não houve comunicados. **4) COMUNICADO DA SECRETARIA EXECUTIVA.** Não houve
19 comunicados. **5) EXAME DA ATA DA 19ª REUNIÃO.** Aprovada por unanimidade a ata da 19ª reunião da Câmara
20 Técnica Especializada de Planejamento, realizada em 12 de junho de 2026. Votos favoráveis: Seapa, Sede, Segov,
21 Cemig, Faemg, Fiemg, Promutuca, Abes e UFU. Abstenção: Prefeitura de Mantena. Ausências: Prefeitura de Rio
22 Pomba e Prefeitura de Lavras. Justificativa de abstenção. O conselheiro Jhonata Soares Coelho, representante da
23 Prefeitura de Mantena, justificou abstenção de voto em razão de sua ausência na 19ª reunião. **6) RELATÓRIO**
24 **MARCO ZERO DO PLANO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DE MINAS GERAIS 2026/2045. Responsável:**
25 **Gerência de Planejamento de Recursos Hídricos (GPLAN/IGAM).** Allan de Oliveira Mota e Nádia Santos, do IGAM,
26 fizeram apresentação do Relatório Marco Zero do Plano Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais
27 2026/2045, do Relatório Diretrizes e Estratégias para Aprimoramento do Sistema Estadual de Gerenciamento de
28 Recursos Hídricos e do Relatório Diretrizes e Estratégias para Aprimoramento dos Instrumentos de Gestão. Em
29 seguida, prestaram esclarecimentos solicitados durante os debates. Síntese das contribuições apresentadas após
30 a exposição. Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi/UFU: “Antes de mais nada, parabenizar o Allan e a Nádia. Em nome
31 de vocês dois, parabenizar todas as pessoas que trabalharam. A primeira pergunta é quando nós vamos ter isso
32 impresso. Mas até chegar lá ainda tem um caminho muito longo, tem que passar pelo Conselho Estadual. Eu
33 queria fazer algumas observações, questões que levantei na leitura dos trabalhos. Página 94 do volume 1, rede
34 de monitoramento de águas subterrâneas. Nós tivemos uma audiência pública ontem, e eu chamei a atenção da
35 necessidade de aprofundar a regulamentação sobre utilização de águas subterrâneas. Nós temos alguns relatos
36 sobre exploração e como fazer isso. Inclusive me perguntaram como encaminhar para o Comitê. Eu falei que
37 precisa fazer algum tipo de notificação, oficializar um caso sobre exploração. Até porque o Comitê não tem o
38 caráter fiscalizador. Ele vai informar ao IGAM. Mas me chamaram atenção como a rede está concentrada na
39 margem direita do São Francisco e a necessidade de ampliar a rede de acompanhamento das águas subterrâneas.
40 Talvez transformar isso num dos pontos do Plano Estadual de Recursos Hídricos: ampliação da rede de
41 monitoramento de águas subterrâneas no Estado de Minas Gerais. Na página 111 do volume 1, nós vemos que
42 tem uma concentração dos postos de monitoramento na margem direita do São Francisco, na parte mineira do
43 Vale do São Francisco. E outras bacias têm uma quantidade menor ou até inexistente. Eu sei que as realidades
44 mineiras são diferentes, mas creio que a ampliação da rede de monitoramento seria interessante para o Estado
45 todo. Na página 111, são várias figuras relativas ao Plano de Segurança Hídrica. A maneira como a legenda foi

46 construída dá a impressão que tem duas coisas indicando: na primeira linha, a legenda de cores, e na segunda
 47 linha os níveis de priorização. Na verdade, é uma linha só. As cores indicam o nível de priorização. Então se elas
 48 pudessem ficar lineares, de 1 a 10, e não intercaladas, seria mais fácil de compreensão. Outra coisa que eu acho
 49 importante é ampliar o tamanho dessas figuras. Eu não sei se tem restrição do número de páginas, mas, ao invés
 50 de colocar as oito figuras agrupadas, colocar quatro em quatro, alguma coisa assim, para facilitar a leitura e a
 51 compreensão... Vocês projetaram a figura, aquele jogo de engrenagens com os instrumentos de gestão; página
 52 15. Eu vou fazer uma observação sobre a representação cartográfica ou visual das informações. Normalmente, o
 53 tamanho das figuras associadas está relacionado à importância de cada elemento da composição. Quando
 54 colocam determinados elementos mais próximos ou mais distantes do Plano — por exemplo, o que ocorreu com
 55 a cobrança, sendo um dos instrumentos de gestão —, não me parece que há uma hierarquia de importância na
 56 normativa, tanto na lei federal quanto na lei estadual. No meu entendimento, sem a cobrança, a roda não gira.
 57 Então eu creio que essas aproximações, do ponto de vista da mensagem visual, trariam mais a correlação de
 58 importância que existe. Pelo que eu percebi, a ideia da imagem é mostrar como o Plano faz tudo girar. Mas eu
 59 creio que não é bem assim. Tudo tem que estar girando. É uma complementação no sentido de distribuição de
 60 forças e de importância. Trazer aqueles dois elementos da lei mineira, que ainda não estão implementados, numa
 61 cor diferente, é isso mesmo. É uma coisa prevista, mas não implementada. Então é só uma ideia. E eu vi que o
 62 sistema de informação também está numa cor diferente e também é um instrumento de gestão previsto. Não sei
 63 se é porque está em implementação, mas acabou ficando na imagem não como uma engrenagem; se começar a
 64 rodar, ele vai travar a máquina. No volume 2, na página 88, 'rateio de custos no Rio Grande do Sul, recuperação
 65 da bacia hidrográfica do Rio Pardo. Na primeira linha, faltou a palavra 'Pardo.' Nesse mesmo volume, na página
 66 96... As Unidades de Fiscalização e as unidades do IGAM me parecem que seguem a distribuição da rede municipal
 67 e não das bacias hidrográficas. Eu sei que existem cuidados administrativos que podem estar relacionados a isso,
 68 mas não seria o caso de repensar as Unidades de Fiscalização em cima das Unidades Hidrográficas? Repensar no
 69 sentido de redistribuir área de abrangência. Estou falando somente pensando em recursos hídricos. Em todos os
 70 processos de outorga e de vistoria, está relacionado, inclusive nos documentos, bacia tal; a referência é da bacia.
 71 E talvez as Unidades de Fiscalização fossem mais adequadas pensando na bacia hidrográfica. Eu fiquei refletindo
 72 sobre outras questões, por exemplo, licenciamento ambiental, que não é da competência do IGAM, mas está
 73 relacionado: se também a gestão desse tipo de licenciamento não poderia ser feita na bacia, utilizando a bacia
 74 como unidade territorial de análise. Eu acho que o sistema ganharia com isso. Se observarmos o mapa que está
 75 na página 98, 'total de fiscalizações por Circunscrição Hidrográfica'. Temos a fiscalização feita por Circunscrição
 76 Hidrográfica, mas a unidade não é de Circunscrição Hidrográfica. Eu sei que pode haver uma compreensão, vi que
 77 a unidade do Jequitinhonha é basicamente a bacia do Jequitinhonha. Se essa subdivisão já é feita assim ou pode
 78 ser feita assim. No caso do Triângulo Mineiro, está claro que não é, porque a parte sul do Triângulo Mineiro, que
 79 é do rio Grande, está incluída na unidade Triângulo Mineiro. Então seria o caso de ter duas unidades, e acho que
 80 o pessoal de Uberaba ia ficar bastante feliz, inclusive. Depois eu vou passar algumas outras questões, mas estou
 81 colocando essas aqui apenas para mostrar que podemos avançar um pouco ainda no instrumento. Outra questão
 82 é a respeito da bibliografia. A NBR 6023/2018, eu imagino que foi a norma que vocês seguiram; ela tem algumas
 83 questões que não observei aqui. Não chamamos mais de 'bibliografia'; são 'referências'. Por causa da grande
 84 quantidade de documentos que estão disponibilizados via eletrônica e às vezes apenas em via eletrônica ou meio
 85 digital. O que está previsto, inclusive na norma, é colocar 'referências', até porque as referências podem incluir
 86 outros tipos de documento, como vídeos do YouTube ou vídeos do próprio IGAM que são produzidos para
 87 divulgação, esclarecimento, treinamento. A ideia de 'referência' abrangeria todas essas formas de mídia, tanto as
 88 físicas como as digitais. Não é demérito algum para o trabalho, mas um preciosismo meu: vocês adotaram dois
 89 caminhos quando a publicação é oficial, ou chamando pela unidade política — por exemplo, Brasil, Conselho
 90 Nacional de Recursos Hídricos — ou chamando pelo nome — Conselho Estadual de Recursos Hídricos, no caso de
 91 Minas Gerais. A diretriz que é dada na NBR é para ter uma padronização. A utilização de caixa alta para todo o
 92 nome do autor, ou pelo menos para o sobrenome, está correta, mas o título do documento é que tem que estar
 93 negrito ou em itálico, para destacar duas coisas: o autor e o documento. No caso, a forma gráfica que foi
 94 adotada destaca apenas o autor; o nome do documento está solto em todos os outros elementos. A última
 95 observação é que a norma também diz que não pode ser justificado; é alinhado à esquerda. São preciosismos,
 96 mas para ressaltar o mérito do documento." Fernanda Perdigão/Sociedade civil: "Sou Fernanda Perdigão, atingida
 97 pelo crime da Vale em Brumadinho, defensora de direitos humanos. Eu gostaria de iniciar parabenizando a equipe

98 técnica do IGAM, do Sisema e todos os envolvidos pela qualidade metodológica desse trabalho. Percebemos que
 99 é um esforço importante em relação à análise documental, normativa e técnica. Eu acho que foram muito
 100 relevantes as perguntas que direcionaram esse diagnóstico: onde estamos, onde estão os principais gargalos e
 101 quais diretrizes. Mas eu acredito que temos que adicionar nessa documentação algumas outras questões que eu
 102 vou tentar falar aqui bem brevemente. Eu cheguei ontem de Brasília, estava na 1ª Conferência Nacional dos
 103 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, e um dos consensos que foram construídos nessa conferência foi que
 104 políticas públicas de longo prazo precisam integrar o desenvolvimento sustentável, participação social, justiça
 105 ambiental e fortalecimento das instituições democráticas. E é justamente sobre essa perspectiva que eu gostaria
 106 de trazer a contribuição. A primeira observação diz respeito à qualidade da água. O relatório enfatiza a integração
 107 dos instrumentos de gestão, mas ainda trata de forma muito tímida o papel estratégico do enquadramento e
 108 reenquadramento dos corpos hídricos. Esse instrumento não é só uma classificação técnica; ele orienta o padrão
 109 de qualidade que desejamos em cada rio, influenciando, inclusive, no licenciamento ambiental e outorga. A
 110 segunda questão se refere às águas subterrâneas trazidas pelo professor Sylvio. Até agradeço, professor, a
 111 contribuição é muito pertinente, porque estamos num contexto de mudanças climáticas, de estiagens
 112 prolongadas e aumento dessa pressão sobre os mananciais superficiais; e as águas subterrâneas deixam de ser
 113 apenas uma reserva estratégica e passam a ser um elemento central de segurança hídrica. Então como essa
 114 integração entre águas superficiais e subterrâneas vai ser incorporada nesse Plano de Ação? Um terceiro ponto
 115 diz respeito aos conflitos socioambientais. O relatório reconhece a necessidade de fortalecer os instrumentos de
 116 gestão e as instituições, mas pouco enfrenta os conflitos concretos que pressionam esses instrumentos. Nosso
 117 Estado abriga algumas das bacias hidrográficas mais impactadas do país, marcadas pela mineração, pelos
 118 rompimentos de barragem, pela contaminação dos corpos hídricos e por conflitos de uso de água. E essa realidade
 119 aparece muito pouco como eixo estruturante das diretrizes. E o próprio Plano Mineiro de Segurança Hídrica
 120 reconhece que a segurança hídrica depende da integração entre qualidade e quantidade da água: a conservação
 121 de bacia, adaptação à mudança climática, saneamento etc. Então fica uma pergunta: como essas informações e
 122 prioridades do Plano Mineiro de Segurança Hídrica vão ser incorporadas de forma concreta para o Plano de Ação
 123 e o PERH. Eu também gostaria de abordar um tema que não está tratado no documento, mas influencia
 124 profundamente a implementação. Estamos vivendo a privatização da Copasa. Com isso, o futuro do modelo de
 125 prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Independente da posição de cada um
 126 sobre esse processo, estamos falando de um dos principais usuários dos recursos hídricos do Estado e de um ator
 127 fundamental para o cumprimento das metas de qualidade da água, universalização do saneamento e segurança
 128 hídrica. Então eu pergunto como o PERH dialoga com essas possíveis mudanças estruturais na gestão do
 129 saneamento. O Plano foi elaborado para orientar a Política Estadual até 2045. Caso ocorram alterações no modelo
 130 de prestação de serviços, quais serão os impactos sobre os instrumentos, como o enquadramento, a cobrança
 131 pelo uso de água, investimento em recuperação de bacia, a própria governança dos recursos hídricos? Eu acho
 132 que o Plano de Ação precisa antecipar esse cenário e estabelecer mecanismos que assegurem a continuidade da
 133 gestão integrada das águas. Outro ponto que eu considero central é que o resultado das oficinas apontou como
 134 principal demanda o fortalecimento do IGAM, da SEMAD, dos conselhos de bacias. Eu concordo. Mas, para
 135 fortalecer instituições, isso significa também fortalecer a participação social. E o relatório fala em comunicação
 136 social, transparência, educação ambiental, mas a participação vai além da informação, significa compartilhar as
 137 decisões. Então eu deixo uma pergunta: como o Plano de Ação garantirá que populações atingidas, povos
 138 originários, comunidades quilombolas, comunidades tradicionais, agricultores e demais grupos, que vivenciam
 139 diariamente os conflitos pela água, participem não apenas da elaboração, mas também da implementação, do
 140 monitoramento e da revisão permanente do PERH. Eu finalizo com uma reflexão, porque talvez o maior desafio
 141 desse Plano não seja produzir um excelente documento técnico — estamos vendo a capacidade técnica de
 142 produção —, mas talvez seja e será contribuir com uma governança capaz de transformar esse diagnóstico em
 143 ações concretas, integrando segurança hídrica, justiça ambiental, desenvolvimento sustentável e participação
 144 social efetiva. Porque é só assim que vamos conseguir alinhar não apenas a Política Nacional de Recursos Hídricos,
 145 mas também os compromissos da Agenda 2030 e, obviamente, as ODS, que temos um compromisso internacional
 146 de efetividade.” Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi/UFU: “Quero aproveitar e colocar o seguinte para a equipe do
 147 IGAM: aquela imagem dos 17 ODS já podem alterar, porque foi incorporado o 18º. Algumas ações já estão
 148 elencadas. Uma coisa que eu acho importante, até por ser um compromisso tomado pelo governo nacional, é
 149 fazer a localização dos ODS em todo o Plano. Tudo do Plano tem que estar vinculado a algum ODS; e é facilmente

150 localizável. A partir do momento que se faz a localização do ODS, isso deixa de ser só um selinho colorido a mais
 151 para colocar no Plano, mas abre, inclusive, a possibilidade de planejamento e até de acesso a meios de
 152 financiamento nacionais e internacionais. Vários fundos de financiamento relacionados aos Objetivos de
 153 Desenvolvimento Sustentável exigem que a documentação básica tenha o vínculo do ODS estabelecido, e isso se
 154 faz através da localização do ODS. Então eu creio que isso é uma tarefa, inclusive, para nós no Conselho Estadual,
 155 depois, fazer a verificação. Mas a partir do momento que todas as ações do Plano puderem ser vinculadas... Eu
 156 acho que a 17 é a do estabelecimento de cooperação entre entidades, principalmente. Eu acho que é uma coisa
 157 que nós aprendemos na Universidade Federal e que o IGAM já faz. São coisas que já são da prática, só não
 158 receberam ainda a localização. Mas o IGAM tem vínculos de cooperação com várias instituições, e isso vai
 159 aparecer no Plano. Então o ODS 17 vai estar presente em vários momentos.” Conselheiro Gustavo Alvarenga
 160 Rodrigues/Prefeitura de Lavras: “O material apresentado, esses relatórios, realmente, eu fiquei surpreso pela
 161 qualidade. Existem pontos nesses relatórios dos quais estou tomando ciência agora. Muito bem apresentado,
 162 muito bem escrito. Eu realmente estou feliz por ter tido acesso a esse material.” **7) RELATÓRIO DIRETRIZES E**
 163 **ESTRATÉGIAS PARA APRIMORAMENTO DO SISTEMA ESTADUAL DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS**
 164 **DO PLANO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DE MINAS GERAIS 2026/2045. Responsável: Gerência de**
 165 **Planejamento de Recursos Hídricos (GPLAN/IGAM).** Apresentação realizada conjuntamente com o item 6 da
 166 pauta. **8) RELATÓRIO DIRETRIZES E ESTRATÉGIAS PARA APRIMORAMENTO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO DO**
 167 **PLANO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DE MINAS GERAIS 2026/2045. Responsável: Gerência de**
 168 **Planejamento de Recursos Hídricos (GPLAN/IGAM).** Apresentação realizada conjuntamente com o item 6 da
 169 pauta. **9) ASSUNTOS GERAIS.** Conselheiro Gustavo Alvarenga Rodrigues/Prefeitura de Lavras: “Eu queria informar
 170 que enviei três pontos de pauta para ser analisados por esta Câmara Técnica, caso sejam aprovados a entrar em
 171 alguma reunião.” Presidente Thiago Figueiredo Santana: “Obrigado, conselheiro Gustavo. Nós recebemos a
 172 indicação dos três pontos de pauta. Nós estamos avaliando uma forma de melhor atendê-lo. O que for possível
 173 pautar, nós vamos colocar nas pautas das reuniões seguintes. E nós nos manifestaremos por e-mail ao senhor
 174 sobre os pontos indicados do que não for possível trazer à pauta. Só para deixar o registro e até agradecer, porque
 175 acho que é importante que os conselheiros induzam a Câmara também a trabalhar e a debater questões que são
 176 afetas às suas atribuições.” Conselheiro Gustavo Alvarenga Rodrigues/Prefeitura de Lavras: “Eu queria aproveitar
 177 assuntos gerais e falar sobre o Nascentes do Rio Grande. O volume de água que produzimos aqui está diretamente
 178 ligado à produção de energia; são quatro usinas. E eu queria ressaltar a importância das cabeceiras e,
 179 especialmente, do Nascentes do Rio Grande, porque em potencial energético instalado nós temos 1.494 MW.
 180 Então, além da questão da qualidade de água que produzimos, nós temos uma posição estratégica em produção
 181 de energia. Eu queria só ressaltar para esta plenária sobre a importância da cabeceira e a importância dessa
 182 Circunscrição aqui na cabeceira do Rio Grande. O que fazemos nesses 65 municípios pode afetar a bacia por
 183 completo. Se conseguirmos beneficiar essa área de cabeceira, podemos beneficiar a bacia por completo.”
 184 Fernanda Perdigão/Sociedade civil: “Agradecer os esclarecimentos trazidos pela equipe. E como delegada na
 185 conferência eu pretendi trazer de forma bem forte a necessidade de incorporarmos as ODS e a Agenda 2030 nos
 186 nossos documentos. Obrigado, professor Sylvio, mais uma vez, por estar fazendo essa orientação para contemplar
 187 as ODS. Eu acho que, principalmente, para as ODS 6, 13, 15 e 16, que tratam, sequencialmente, de gestão
 188 sustentável da água, adaptação climática, proteção dos ecossistemas e fortalecimento das instituições eficazes,
 189 nós temos que trazer essa importância do fortalecimento permanente dos espaços colegiados. Os Comitês de
 190 Bacia e os Conselhos ambientais são patrimônios da gestão democrática das águas. E ao mesmo tempo os desafios
 191 vivenciados em diferentes colegiados no Estado — inclusive, discussões envolvendo a bacia do rio Paraopeba
 192 demonstram que precisamos aperfeiçoar continuamente esses mecanismos de participação, transparência e
 193 representatividade. Nós tivemos duas grandes operações relacionadas à mineração no nosso Estado em que
 194 foram citados alguns membros dessas instâncias. Então a independência dessas representatividades precisa ser
 195 considerada também. Eu acho que precisamos incorporar no processo de efetivação das metas cumpridas, das
 196 ações executadas, um indicador da capacidade de gerar resultados concretos para a sociedade. São planos e
 197 trabalhos realizados que alcançam ao final o objetivo à sociedade. E isso significa reduzir os conflitos pelo uso de
 198 água e proteger as bacias mais vulneráveis, além de outras questões. Então eu acho que precisamos adicionar
 199 nessa mensuração que as ODS sejam medidas pela sua eficiência, não só pelo número de ações executadas. Então
 200 fica uma sugestão a mais de como essas ações vão gerar resultados concretos para a sociedade, incorporando
 201 como acompanhamento da metodologia do Plano de Ação, por exemplo, as ODS.” Conselheiro Gustavo Alvarenga

202 Rodrigues/Prefeitura de Lavras: “Sobre o valor que eu coloquei de potência instalada de contribuição do
203 Nascentes do Rio Grande, é porque estou contando com a contribuição nossa. A maior contribuição para o
204 reservatório de Furnas é aqui de cima do Nascentes. Então esse valor é porque estou contando com a nossa
205 contribuição em volume para o reservatório de Furnas.” Presidente Thiago Figueiredo Santana: “Quero agradecer
206 a todos os conselheiros e participantes, na figura da Fernanda, e à equipe da GEPLAN, pela qualidade da reunião.
207 Há muito tempo esta Câmara carecia de boas reuniões qualitativas de debate e contribuições.” **10)**
208 **ENCERRAMENTO**. Não havendo outros assuntos a serem tratados, o presidente Thiago Figueiredo Santana
209 agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

211 **APROVAÇÃO DA ATA**

213
214 **Thiago Figueiredo Santana**
215 **Presidente suplente da Câmara Técnica Especializada de Planejamento**